

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.558 - MG (2019/0209121-6)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
RECORRENTE : G DA C S G
ADVOGADO : CELSO SOARES GUEDES FILHO E OUTRO(S) - MG045383
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por **G. DA C. S. G.**, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no 1.0000.19.019372-2/2000.

Consta nos autos que o recorrente foi preso em flagrante e denunciado como incurso nas sanções do art. 147 do Código Penal c.c. o art. 5.º da Lei n.º 11.340/2006, porque teria ameaçado sua esposa de lhe causar mal injusto e grave (e-STJ, fls. 81-82).

Recebida a denúncia (e-STJ, fls. 111-112), o réu foi citado e apresentou resposta à acusação (e-STJ, fls. 115-123 e 125-126), tendo o magistrado singular ratificado o recebimento da exordial acusatória.

Pugnando pelo trancamento da ação penal, a defesa impetrou prévio *writ*, cuja ordem foi denegada, em acórdão assim ementado:

"EMENTA: *HABEAS CORPUS*. AMEAÇA. NEGATIVA DE AUTORIA. ATIPICIDADE DA CONDUTA. MATÉRIA DE MÉRITO DA AÇÃO PENAL. DISCUSSÃO INCABÍVEL NESTA VIA ESTREITA. INÉPCIA DA DENÚNCIA E AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL. INOCORRÊNCIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. — EXCEPCIONALIDADE NÃO CARACTERIZADA. ORDEM DENEGADA.

- Na via estreita do *habeas corpus* mostra-se incabível discussão acerca da autoria delitiva, pois a necessária dilação probatória não é comportada pelo rito célere caracterizador do remédio heroico.

- Não há falar em inépcia da denúncia se identificado o preenchimento os requisitos previstos no art. 41 do Código de Processo Penal.

- O trancamento da ação penal em *habeas corpus* é medida excepcional, deferida apenas por inequívoca e absoluta falta de provas, atipicidade incontroversa ou existência de causa extintiva da punibilidade, o que não é o caso dos autos." (e-STJ, fl. 151)

No presente recurso ordinário, a defesa aponta "a atipicidade incontroversa, a absoluta falta de provas e, por via de consequência, a existência de causa extintiva da punibilidade" (e-STJ, fl. 182; destaques conforme original).

Afirma que os elementos probatórios não constaram na peça de acusação, conforme determina o art. 41 do Código de Processo Penal.

Argumenta que há confusão clara e contundente entre ameaça e violência contra a mulher, sustentando que não há mais convivência doméstica ou familiar entre as partes e que, na data dos fatos, a ofendida já não era mais esposa do acusado, e que ela é

Superior Tribunal de Justiça

quem foi ao seu encontro a pretexto de buscar seus pertences na residência que moravam juntos no passado.

Alega que o delito de ameaça é de ação penal pública condicionada e que não há representação da vítima.

Requer o trancamento da ação penal.

Sem pedido liminar, os autos foram encaminhados ao Ministério Público que ofereceu parecer no sentido do desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 212-216).

É o relatório.

Decido.

Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal e do inquérito por meio do *habeas corpus* é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.

Quanto ao tema, os seguintes julgados de ambas as Turmas que compõe a Terceira Seção:

"PROCESSUAL PENAL. DENÚNCIA. SONEGAÇÃO FISCAL. CRIME SOCIETÁRIO. AUTORIA COLETIVA. EMPRESA FAMILIAR. RECORRENTES ESPOSAS DE SÓCIOS. DESCRIÇÃO FÁTICA GENÉRICA. SUFICIÊNCIA. DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INÉPCIA. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL. TRANCAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Nos crimes de autoria coletiva admite-se a descrição genérica dos fatos, se não for possível, como na espécie, esmiuçar e especificar a conduta de cada um dos denunciados.

2. Indícios de autoria demonstrados, tanto mais que se trata de uma empresa familiar, sendo as recorrentes, sócias e gerentes, segundo a própria defesa, esposas de outros sócios do grupo empresarial.

3. Tese de inexistência de liame da sua atuação com os fatos narrados que não se reveste de credibilidade na via eleita.

Plausibilidade da acusação.

4. Direito de defesa assegurado, em face do cumprimento dos requisitos do art. 41 do Código de Processo Penal.

5. O *habeas corpus* não se apresenta como via adequada ao trancamento da ação penal, quando o pleito se baseia em falta justa causa (ausência de suporte probatório mínimo à acusação), não relevada, *primo oculi*. Intento, em tal caso, que demanda revolvimento fático-probatório, não condizente com a via restrita do *writ*.

6. Recurso não provido." (RHC 66.363/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 10/03/2016, sem grifos no original.)

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ART. 89 DA LEI N. 8.666/1993. FRAUDE À LICITAÇÃO. DESVIOS DE VERBAS PÚBLICAS FEDERAIS. CESSÃO

ILEGAL DE CONTRATOS. ACUSADO MERO PROCURADOR DA EMPRESA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL PELO TRIBUNAL A *QUO*. INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 7 E 83 DO STJ.

1. Esta Corte de Justiça admite o trancamento de ação penal em sede de *habeas corpus* quando demonstrada, de plano, a atipicidade da conduta, a extinção da punibilidade ou a manifesta ausência de provas da existência do crime e de indícios de autoria.

2. É certo que, para o oferecimento da denúncia, não se exige prova conclusiva acerca da autoria delitiva, mas apenas indícios desta. Entretanto, deve haver lastro probatório mínimo para a instauração da *persecutio criminis in iudicio* em desfavor do acusado, sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

3. No caso, diante do quadro delineado pela instância ordinária, não resta dúvida que a análise da tese de que o recorrido tinha ciência das irregularidades nas licitações, estando configurada a co-autoria delitiva e que, dessa forma, haveria justa causa para a propositura da ação penal, demandaria o reexame de matéria fática, inviável em recurso especial, por força da Súmula 7 desta Corte, mormente considerando que o acusado não integrava o quadro societário da empresa, tendo assinado o contrato na qualidade de mero procurador, nos estritos limites dos poderes a ele outorgados.

4. De notar, ainda, que o Superior Tribunal de Justiça, acompanhando o entendimento do Supremo Tribunal Federal manifestado no julgamento do Inquérito n. 2.482/MG, em 15/09/2011, tem firme o posicionamento de que a consumação do crime previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/1993 exige a demonstração do dolo específico do agente de causar dano ao erário e a efetiva ocorrência de prejuízo aos cofres públicos. Incidência da Súmula 83 deste Tribunal.

5. Agravo regimental a que se nega provimento."(AgRg no REsp 1430842/PB, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 03/08/2015.)

Eis o teor da inicial acusatória:

"[...]

No dia 19 de abril de 2017, por volta das 22:30 horas, na Rua Teodorico Tourinho, nº 231, Centro, nesta cidade e comarca, o denunciado, mediante violência contra a mulher, no âmbito das relações domésticas, ameaçou de causar mal injusto e grave a vítima [M. B. A.], sua esposa.

Segundo o que se apurou, a vítima e o denunciado estão em processo de separação, razão pela qual [M] passou a residir na casa de seus pais, no município de Jequié/BA, tendo, contudo, deixado alguns pertences na casa do imputado, o qual solicitou a retirada desses objetos. A vítima atendeu à solicitação, após acordarem que ela ficaria dois dias na residência para organizar o que fosse necessário e que o denunciado apenas retornaria após sua saída.

Superior Tribunal de Justiça

Nas condições de tempo e lugar inicialmente declinadas, o denunciado, insistiu em adentrar na residência durante a estadia da ofendida. Diante da negativa e resistência da vítima, ele passou a ameaçá-la dizendo: "eu vou dar um jeito em você hoje, quero ficar livre de você de uma vez por todas. Suma da minha casa, você não vai ficar aqui hoje, se você não sair por bem vai sair por mal".

Assustada, a vítima acionou a Polícia Militar, que compareceu no local e conduziu os envolvidos à autoridade policial.

Face ao exposto, tendo [G. DA C. S. G.] incorrido nas sanções do **artigo 147, do Código Penal c.c art. 5º da Lei 11.340/06**, o Ministério Público requer, recebida esta, seja ele citado para responder à acusação por escrito, após o que, deverá ser designada audiência de instrução e julgamento, para oitiva da ofendida e das testemunhas arroladas na sequência e interrogatório do denunciado, prosseguindo-se nos demais termos do procedimento previsto no art. 396 e seguintes do CPP, até final sentença condenatória." (e-STJ, fls. 81-82; destaques conforme original.)

A Corte Estadual denegou a ordem sob a seguinte fundamentação:

"Inicialmente, no que tange às argumentações sobre matéria de fato e de direito que demandam dilação probatória, principalmente acerca da negativa de autoria, consigno que serão devidamente apuradas nos autos da ação penal, já que a via estreita do habeas corpus não se presta a tal exame.

Quanto a alegação de que a denúncia não está devidamente fundamentada, julgo que não deve ser acolhida. Isso porque, segundo as peças encartadas às páginas 109-112/PJE, verifico que está certamente embasada e preenche os requisitos previstos no art. 41 do Código de Processo Penal. Portanto, não há falar em inépcia da denúncia.

Desse modo, entendo não haver razão para o trancamento da ação penal em curso, na qual o paciente, sobre o crivo do contraditório, terá ampla oportunidade de discutir a matéria de fato e de direito aduzida na impetração, principalmente a que se refere às provas da autoria delituosa e tipicidade da conduta, já que a via estreita do habeas corpus não se presta a tal exame." (e-STJ, fl. 153).

Por certo, embora não se admita a instauração de processos temerários e levianos ou despidos de qualquer sustentáculo probatório, nessa fase processual deve ser privilegiado o princípio do *in dubio pro societate*. De igual modo, não se pode admitir que o Julgador, em juízo de admissibilidade da acusação, termine por cercear o *jus accusationis* do Estado, salvo se manifestamente demonstrada a carência de justa causa para o exercício da ação penal.

Em verdade, a denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do

Superior Tribunal de Justiça

contraditório pelo réu (Nesse sentido: RHC 56.111/PA, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 58.872/PE, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, QUINTA TURMA, DJe 1/10/2015; RHC 28.236/PR, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 1/10/2015).

"O exame da admissibilidade da denúncia se limita à existência de substrato probatório mínimo e à validade formal da inicial acusatória" (g. n., STF, Inq 3.113/DF, 1.^a Turma, Rel. Min. Roberto Barroso, DJ-e de 06/02/2015).

No caso em exame, tendo havido a narração de fato típico, antijurídico e culpável, com a devida acuidade, suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e o rol de testemunhas, viabilizando a aplicação da lei penal pelo órgão julgador e o exercício da ampla defesa pela denuncia, forçoso reconhecer que a peça acusatória permite a deflagração da ação penal.

No que diz respeito à alegação de que o delito de ameaça é de ação penal pública condicionada e que não há representação da vítima, ainda sem razão o recorrente.

Inicialmente, verifica-se que a questão não foi suscitada perante a Corte local quando da impetração do *writ* originário, não tendo sido alvo de exame no acórdão recorrido, razão pela qual o seu conhecimento implicaria indevida supressão de instância.

Ainda que a assim não fosse, "prevalece no STJ e no STF que a representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, não exige maiores formalidades, sendo suficiente a demonstração inequívoca de que a vítima tem interesse na persecução penal. Dessa forma, não há necessidade de que exista nos autos peça processual com esse título, sendo suficiente que a vítima ou seu representante legal leve ao conhecimentos das autoridades o ocorrido" (HC 385.345/SC, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 05/04/2017).

No mesmo sentido: AgRg no REsp 1578476/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 03/04/2018; HC 429.840/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 15/03/2018, DJe 27/03/2018; REsp 1472027/RS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 06/11/2017; AgRg no AREsp 1038268/RN, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 06/04/2017; HC 376.343/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017.

Na espécie, constata-se que "a vítima acionou a Polícia Militar, que compareceu no local e conduziu os envolvidos à autoridade policial." (e-STJ, fl. 82).

Consta no auto de prisão em flagrante delito, com efeito, que "diante da manifestação da vítima em representar contra o autor, foi dada voz de prisão ao mesmo e este foi conduzido à presença desta autoridade, sendo-lhe informado seus direitos constitucionais." (e-STJ, fl. 85).

Dentro desse contexto, isto é, diante dos indícios de autoria e materialidade, e devidamente caracterizada a subsunção da conduta do paciente ao tipo penal descrito na denúncia, faz-se necessário o prosseguimento da persecução criminal.

Diante do exposto, **nego provimento** ao recurso.

Publique-se- Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

